

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Laurinda José Ribeiro

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Dinâmica dos Ambientes, Planejamento e Gestão Ambiental – GEDAP. Bolsista CAPES - laurinda336@hotmail.com

Manoel Rodrigues Chaves

Professor Doutor do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão – manoelufg@gmail.com

Resumo: O presente trabalho faz um estudo da segregação sócio-espacial. O espaço geográfico é formado por um conjunto de objetos e ações, ou seja, de formas e, de práticas sociais. O espaço urbano é produzido a partir de ações ou forças sócio-econômicas que vão fragmentando a cidade e dando origem aos seus diversos lugares. Os lugares segregados possuem características internas comuns e apresentam fortes desigualdades sociais entre eles e os outros lugares, aceitos. Os lugares de habitação são mais duramente atingidos por essa diferenciação social de lugares e seus costumes. Várias análises demonstram que a cidade pode ser vista como a expressão concreta de processos sociais em um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico. Os objetivos deste estudo são os seguintes: mostrar que o espaço urbano é produzido pela ordem econômica e social vigente; compreender que, numa sociedade capitalista, a divisão social do trabalho cria as desigualdades sociais que refletem na produção do espaço urbano; mostrar que a desigualdade espacial é fruto da desigualdade social. A lógica da estruturação espacial têm, portanto, dois elementos principais: a renda e a divisão social do trabalho. A metodologia da pesquisa é a de revisão teórica e bibliográfica sobre o tema.

Palavras- chave: Segregação. Espaço urbano. Dinâmica sócio-espacial.

1 Introdução

O espaço geográfico é cheio de contradições, pois expressa e reproduz as contradições sociais. No espaço urbano, os termos de materialização das contradições se constituem no desenrolar das práticas dominantes de produção e reprodução do capital e de manutenção dos mecanismos de exclusão e segregação. Com a reestruturação do sistema capitalista, nas últimas décadas, ocorreu o fortalecimento das estratégias de produção do espaço urbano como meio de acumulação, o que leva ao agravamento das contradições entre valor de uso e valor de troca, entre capital e trabalho, entre riqueza e pobreza.

Com vistas à reprodução do capital e da vida humana dá-se o constante processo de reorganização espacial, através da incorporação de novas áreas ao espaço urbano, do adensamento do solo, deterioração de algumas áreas, da renovação de outras ou da diferente distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos. A organização espacial urbana, dada pelos diversos fragmentos que a compõem, pode ser evidenciada nos diferentes usos, destacando-se: o centro da cidade com suas atividades comerciais, de serviços e de gestão; a zona periférica ao centro; áreas industriais; áreas residenciais, distintas quanto à forma e ao conteúdo; áreas de lazer e áreas submetidas à especulação para futura expansão.

Nesse processo de sua produção a cidade torna-se mercadoria e promove a exclusão social, ligada à divisão do trabalho e à segregação sócio-espacial decorrente, os assentamentos subnormais. Considera-se a cidade como uma projeção da sociedade, compreendendo que um quadro de extrema desigualdade social dificulta, cada vez mais, sua construção e, por extensão, a de uma sociedade mais justa.

2 Produção e (re)produção do espaço urbano

Para a compreensão do espaço urbano e suas contradições, é necessário descobrir-se qual é a lógica que rege a sociedade e, conseqüentemente, a formação

do espaço. A análise do conteúdo e dos processos implicados na construção dos elementos e formas da paisagem urbana pode mostrar a (re)produção do modelo de sociedade em um dado momento histórico.

A produção do espaço está intrinsecamente relacionada ao modo de produção dominante em determinada época e lugar. No âmbito do capitalismo, o espaço urbano constitui-se tanto como produto quanto como um dos condicionantes da reprodução desse sistema. Pode-se dizer que o capitalismo configura as cidades.

Dessa forma, é necessário considerar como o modo de produção dominante orienta a produção do espaço. Corrêa (1989) aponta que

[...] o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes (concretos) que produzem e consomem espaço. [...] os agentes desse processo são: (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários, (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos. (CORRÊA, 1989, p. 11).

Estes agentes na produção e consumo do espaço têm um papel definidor, de comando nesse processo, de acordo com o poder econômico e político que cada um possui – não possuem nenhum os grupos excluídos.

Entende-se então, que o espaço produzido, como, uma área residencial, se concretiza trazendo em seu cerne contradições sociais que se explicam pela natureza do trabalho sob as injunções do capitalismo. Dessa lógica contraditória, o espaço socialmente produzido é apropriado como mercadoria, de acesso restrito e diferente para as várias parcelas da sociedade.

Para Marinho (2005), a cidade, enquanto lugar de maior concentração de pessoas e de capital, concentra, também, uma maior diversidade de classes sociais, que se apropriam desigualmente do espaço urbano e produzem formas fortemente segregadas. Por outro lado, observa-se que esses indivíduos se encontram em constante movimento e, portanto, em constante produção do espaço, significando que, assim como a sociedade, este também é mutável,

Afirma-se que a cidade e o urbano constituem “dois lados de uma mesma moeda”, ou seja, são ambos produto e condição do trabalho humano. Os indivíduos, com seu trabalho, produzem o espaço e, através da divisão técnica e social do trabalho, promove relações e conflitos entre as pessoas na vida cotidiana, estimulando o movimento e a produção desigual do espaço. (MARINHO, 2005, p. 18).

Assim a cada fase do capitalismo, a cidade ganha a configuração que lhe interessa. As novas possibilidades e estratégias da atual fase do capitalismo (global e flexível) cria cidades diferentes das tradicionais. Segundo Lefebvre (2008, p. 47),

A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve defender-se num front mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a (re)produção das relações de produção. Essa (re)produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção, ela se efetua através do cotidiano, através dos lazes e da cultura.

Entende-se que, nesse caminho, as diferentes dimensões da vida e os espaços que aí se concretizam são capturados e, conseqüentemente, lhes são conferidos um caráter de mercadoria, contribuindo assim para a (re)produção desse sistema como um todo. As dimensões e elementos que constituem a reprodução da vida para além do trabalho são capturados e submetidos às relações de venda e compra.

Portanto, através do trabalho social, à terra urbana serão acrescentadas as condições materiais necessárias à reprodução da sociedade, sejam elas edificações com fins produtivos, com fins de moradia ou com outros objetivos que atendam às necessidades socialmente constituídas.

O valor do solo urbano será estabelecido a partir da interrelação entre as condições particulares que este apresenta e aquelas materializadas pelo trabalho no espaço geográfico do qual faz parte, ou, ainda, pelas suas potencialidades futuras. No entanto, as contradições estão aí imanentes tendo em vista que a apropriação dos produtos urbanos socialmente construídos será mediada pela propriedade privada, como mercadoria.

E nesse “longo”, mas acelerado percurso, porque favorecido pelo meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), tem-se então, uma intensificação da alienação do homem em relação ao produto de seu trabalho. A esse respeito Santos (2007) afirma que:

À medida que a cooperação estende sua escala espacial, o homem produtor sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planejador, o beneficiário. A intensificação das relações comerciais, induzindo à orientação da produção para a venda, é ao mesmo

tempo um fator de alienação regional e de alienação do homem. Como já não produz para prover as suas necessidades mais imediatas, num mundo onde a monetarização se generalizou, o homem se vê condenado a ser mercadoria, um valor de troca no mercado de trabalho. (SANTOS, 2007, p. 29).

A cada dia são criadas ou recriadas estratégias e práticas, no mundo, em prol da reprodução do capital. Embora, alienados em relação à natureza e aos processos aí imbricados, os indivíduos têm um papel crucial nessa dinâmica, enquanto produtores “cativos” do espaço. Logo, é uma das condições essenciais para a reprodução do capital e do sistema capitalista a manutenção da submissão do trabalhador.

2. 1 Cidade e segregação

Os homens, para satisfazerem suas necessidades, através do trabalho agem sobre a natureza (objeto do trabalho), o que resulta na modificação do meio ambiente natural, em adaptações do espaço e, conseqüentemente na criação do espaço geográfico. Tais adaptações, incluindo objetos materiais e instrumentos, enquanto construções humanas, são criadas com uma finalidade ou com uma função. Dentre as construções humanas, a cidade destaca-se como a mais complexa (SERRA, 1986).

A cidade, o espaço urbano, pode, então, ser entendida como resultado final da ação do homem sobre o espaço. E é a expressão material das relações sociais de produção, uma forma espacial e suas funções em conexão com a estrutura social.

Assim, o espaço urbano é, simultaneamente, produto e produtor da sociedade. Ao mesmo tempo que a cidade capitalista é a expressão espacial de uma complexa estrutura social em classes marcadas por grandes diferenças e desigualdades de uso e ocupação, ela é também a condição que viabiliza a continuidade do modo de produção.

Os diferentes usos do solo no espaço urbano são fundamentados na propriedade privada e no sistema capitalista. As funções da cidade materializam-se

nas formas que toma. Conforme Corrêa (1991), o urbano apresenta-se como um espaço fragmentado mas articulado, caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos. Os diversos fragmentos que compõem o espaço urbano, têm diferentes usos. Destacam-se o centro da cidade, com suas atividades comerciais, de serviço e de gestão; a zona periférica ao centro; as áreas de lazer, as áreas vazias ou semiaproveitadas, para especulação quando de futura expansão. A articulação entre as diversas partes é feita através dos fluxos de pessoas e, de modo menos visível, através da circulação de decisões e investimentos de capital, da mais valia, da renda e da prática do poder e da ideologia.

Castells (1976), preocupado em identificar a relação entre as formas urbanas e as atividades (funções) para as quais foram concebidas, afirma que a configuração espacial é determinada pelas seguintes funções: produção, consumo, troca e gestão. O consumo refere-se tanto ao que é para o consumo individual quanto ao que é consumido para promover a reprodução da força de trabalho e determina a criação das áreas residenciais e dos equipamentos de uso coletivo, públicos ou privados, como escolas, hospitais e clubes, entre outros.

Um dos fenômenos mais importantes a ser considerado na relação entre as funções e as formas urbanas é a tendência à segregação espacial, tanto de funções quanto de classes sociais. Alguns textos falam de segregação espacial como “especialização” dos lugares. Na configuração espacial das cidades, a segregação funcional se dá através da criação de áreas diferenciadas internamente pela predominância de determinada função: comércio, indústria, moradia (SERRA, 1986). E nestas áreas vão ocorrendo sucessivas especializações, por exemplo, nos centros comerciais há ruas em comércio de determinados produtos. Do mesmo modo, sobrepostas ao padrão das segregações funcionais, é possível identificar áreas diferenciadas pela predominância de determinada classe social, havendo uma tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre umas e outras (CASTELLS, 1976).

A organização do espaço urbano se faz principalmente em função da habitação, que é a função a que se destina a maior parte do solo urbano. A localização e a existência de serviços públicos e de infraestrutura determinam o preço do solo urbano que, por vez, promove a segregação sócio-espacial. A

população mais favorecida economicamente, capaz de pagar preços mais altos pelo direito de morar, ocupa imóveis maiores em áreas melhores servidas, enquanto que a população mais pobre, a grande maioria da população, ocupa imóveis pequenos em áreas de preço mais baixo, pouco servidas por serviços públicos.

Para Lojkine (1997, p. 166) "a segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes, por sua vez, determinados pela nova divisão social do trabalho".

A classe dominante fixa residência em bairros suntuosos, muitas vezes em condomínios verticais fechados, mais recentemente, em condomínios horizontais fechados, dotados de muros e sistema próprio de vigilância e ainda áreas de lazer e serviços exclusivos. Na medida em que controla o mercado de terras, incorporação imobiliária e construção, esta classe segrega os outros grupos sociais, direcionando, seletivamente, a localização deles no espaço urbano, o mais longe possível de si. A população pobre, sem acesso às áreas melhores, têm que viver sem habitação decente, uma das mais significativas formas de exclusão.

O exemplo clássico de segregação sócio-espacial é a dicotomia centro x periferia. O centro dotado da maioria dos serviços é inicialmente ocupado pelas classes de mais alta renda que, à medida que vai crescendo, por exemplo, o comércio, vai criando e se dirigindo para bairros mais amplos e "sossegados". A periferia, sub-equipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos que, se são encontrados em centros, é só nos centros decadentes e abandonados para residência.

É possível, então, distinguir 3 tipos de segregação urbana: 1) uma segregação entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia; 2) uma segregação entre zonas de moradia destinadas às camadas sociais privilegiadas, onde o preço do solo também é mais alto, e as zonas de moradia popular; 3) e a segregação funcional.

A estruturação do espaço urbano, além de estar relacionada com as transformações por que tem passado o capitalismo nacional e mundial nas últimas décadas, tem sua origem na desigualdade de classes e na luta entre elas pela

apropriação das vantagens e desvantagens do espaço construído, que resulta na segregação sócio-espacial da classe trabalhadora. Portanto, a segregação, como processo central definidor da estrutura espacial urbana, é instrumento para o exercício da dominação social, econômica e política por meio do espaço urbano. Mas, a segregação não impede a presença nem o crescimento de diferentes classes num mesmo espaço urbano, numa mesma cidade. A exclusividade se manifesta, sim, na criação de bairros específicos (VILLAÇA, 1998), para moradia de cada classe e para a localização dos meios de produção (fábricas, grandes empresas, comerciais, bancos etc.), de propriedade privada da classe alta que, portanto domina vários lugares do espaço urbano.

A distribuição das áreas residenciais, comerciais, industriais e das vias de acesso definem o modelo de uso do solo urbano, o qual por sua vez, caracteriza a forma da expansão urbana.

2.2 Segregação sócio-espacial: critério para análise do espaço urbano

A segregação sócio-espacial urbana pode ser compreendida como “um processo segundo o qual diferentes classes sociais ou camadas sociais tendem a se concentrar, cada vez mais, em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA et. al., 1998, p. 142), levando, portanto, à uma descontinuidade no tecido urbano-social, com áreas de homogeneidades específicas de acordo com a renda de cada comunidade. Já uma região urbana pode ser definida como um agregado de lugares homogêneos ou como uma área, de qualquer dimensão territorial, de segregação (FAISSEL, apud VASCONCELOS, 1999, p. 397).

Para Ribeiro (2003, p. 9) a segregação sócio-espacial não é tão somente a separação em lugares diferentes: “ela implica não apenas a concentração de um segmento populacional em territórios bem delimitados, mas também a institucionalização da inferioridade social e da mobilidade [...] dos seus habitantes”. Portanto, a segregação social implica valores sociais e políticos, que podem ser

distintos em momentos distintos da história de cada sociedade, que podem gerar exclusão de tipo e níveis diferentes.

Ribeiro (2003, p. 12), num esforço para criar tipologias sócio-espaciais, afirma que “a tipologia [...] é um instrumento de classificação e descrição que atende os objetivos de ordenamento e da categorização dos fenômenos geográficos no espaço urbano que se presta à realização de comparação”. Mas, é necessário desenvolver tanto tipologias qualitativas da divisão social do espaço, que poderiam ser utilizadas na compreensão sintética da segregação residencial, quanto tipologias quantitativas, definidas como

A construção empírica sobre o conjunto da cidade, na qual podemos utilizar um grande número de variáveis supostamente correlacionadas com a distribuição espacial da população e de espaços residenciais, segmentação e de segregação existente na sociedade. (RIBEIRO, 2003, p. 12).

Portanto, a tipologia quantitativa pode ser usada como uma ferramenta importante para a avaliação das desigualdades sócio-espaciais e para a explicação dos processos de reprodução da pobreza urbana, além de se poder, com ela, construir um sistema de indicadores sócio-espaciais para orientação de políticas públicas na cidade.

O conceito de segregação depende da visão teórica que se adota para explicar as relações sociais e também da compreensão das diferenças de significado de “diferenciação” ou “segmentação” e “segregação”. Além disso, há vários tipos de segregação. Por exemplo, a segregação residencial, que leva à exclusão social de determinados grupos do conjunto da sociedade (RIBEIRO, 2003, p. 11).

O termo “diferenciação” diz respeito às trabalho, diferenças de atributos, de recursos, de poder e também de status que vão ocorrendo nas bases materiais de formação de categorias sociais (RIBEIRO, 2003, p. 9) em virtude da especialização de tarefas decorrente do aumento da divisão social do trabalho. Dessa forma, observa-se uma divisão social do território em que cada fração contará com valores diferentes de acordo com especialização dos indivíduos.

Admite Ribeiro que esse processo de diferenciação social tende a aumentar a separação, o isolamento, segregação sócio-espacial, fazendo, então, surgir bairros exclusivos das camadas superiores ao mesmo tempo em que as camadas médias e

inferiores vão migrando para os bairros periféricos, inviabilizando a interação social entre as diferentes classes da população.

Desse modo, para uma análise do espaço urbano é imprescindível a compreensão da segregação sócio-espacial ali ocorrida no decorrer do tempo.

2.3 Segregação residencial urbana

De acordo com o pensamento de Souza (2007), o fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, universal ao longo da história da urbanização e tão antigo quanto as cidades. Sempre existiram grupos que, devido à sua natureza, à sua etnia ou qualquer outro fator são forçados a viver em áreas que, na prática ou até formalmente, ficam separados, excluídos de certos espaços reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade. Todavia, o moderno capitalismo iria, inicialmente na Europa e depois em outras partes do mundo, agravar gravidade a segregação residencial urbana, intrínseca às cidades.

Principalmente, nas cidades de países subdesenvolvidos e nos que estão em desenvolvimento, ou de desenvolvimento tardio, o capitalismo trouxe consigo uma distância crescente entre o local de trabalho e o de moradia, tanto para as classes pobres como também para a classe média.

Essa segregação, de acordo com Corrêa (2005), significa não apenas diferença de residências, mas também de renda real, ausência ou má qualidade de serviços públicos, como educação, saúde, transporte, esgoto, e de outras formas de infraestrutura urbana. Assim, os custos da cidade, como o crime e a violência, os impactos ambientais, a miséria e a pobreza ficam distantes das classes dominantes, sendo mais difícil atingi-las.

Confirma Villaça (2001, p. 142) que “uma das características mais marcantes da metrópole brasileira é a segregação espacial dos bairros residenciais das distintas classes sociais, criando-se sítios sociais muito particulares”. Dessa maneira, como afirma Carlos (1992), a desigualdade espacial é fruto da desigualdade social. De acordo com Corrêa (2005), a segregação se dá

especialmente quanto à localização das residências, que está associada à reprodução da força de trabalho.

A sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, adaptando-os à suas necessidades de funcionamento.

De acordo com Ribeiro (2006), o novo milênio começa com crescentes evidências de que novos mecanismos de espoliação urbana estão emergindo nas cidades, relacionados com o fato de que a segregação e a exclusão habitacional produzem espaços nos quais se verifica a acumulação de desvantagens sociais; lugares que possuem uma característica comum entre eles; segmentos sociais decorrentes da precarização do emprego, do desemprego, resultando na desestruturação familiar, no isolamento social na guetificação.

3 Considerações finais

Procurou-se neste trabalho compreender como a sociedade se organiza e estrutura o espaço urbano conforme o modo de produção, tornando-se o espaço urbano enquanto categoria geográfica estudada a partir de uma base teórico-metodológica. A análise empreendida sobre a segregação sócio-espacial mostra que a cidade se organiza a partir da oposição de classes.

A configuração espacial das cidades se caracteriza por obedecer um padrão dentrítico em que o centro é a área polarizadora a partir da qual a cidade difunde-se, ramifica-se rumo a periferia, mas acompanhando eixos estruturantes. Portanto, a expansão urbana é conduzida de acordo com os interesses do modo de produção.

A segregação sócio-espacial urbana vem se agravando muito ultimamente conforme comprovam os indicadores sociais registrados nas cidades. Espaços urbanos tornam-se território exclusivo de certos grupos sociais como se a cidade não fosse um todo. O isolamento leva à exacerbação, os custos sociais tornam-se cada vez mais altos e os conflitos tendem a aumentar, em número e em intensidade.

Por isso, é necessário levar em consideração a importância, na gestão urbana, dos problemas de ocupação e uso do solo, para evitar os conflitos sociais e ambientais gerados pelo capitalismo, principalmente a exclusão social.

4 Referências

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTELLS, M. **La question urbana**. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1976.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**: notas teórico-metodológicas. Boletim de Geografia Teórica, Rio, v. 21, n. 42, p. 101-103, 1991.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. (Trad.) ANDRADE, M. M. de.; MARTINS, S. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Cidade, Cidadania e Segregação Urbana**. The Europe Journal of Planning, 2006.

_____, **Segregação residencial e políticas públicas**. Análise do espaço social da cidade na gestão do território. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: USP, 2008.

SERRA, G. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1986.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VASCONCELOS, P. A de. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editora Editus, 1999.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.